

## PARECER JURÍDICO

**Processo Licitatório Nº 032/2025**

**Pregão Eletrônico Nº 009/2025**

**Objeto: Serviços de apreensão (recolhimento, transporte) e guarda de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas do município de Ribeirão Vermelho-MG.**

**PREGÃO ELETRÔNICO – LEI Nº 14.133/2021 – PESQUISA DE PREÇOS – MARGEM DE PREFERÊNCIA E EXCLUSIVIDADE – SUBCONTRATAÇÃO – REAJUSTE – PENALIDADES – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – EXTINÇÃO CONTRATUAL – PRAZOS DE PAGAMENTO – PLATAFORMAS PÚBLICAS.**

### **I – DA CONSULTA:**

O presente parecer jurídico é elaborado no âmbito do **Processo Licitatório nº 032/2025**, que trata da **contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de apreensão, transporte e guarda de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas do Município de Ribeirão Vermelho/MG**, por meio do **Pregão Eletrônico nº 009/2025**, instaurado com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, no **Decreto**

**Municipal nº 3.223/2024**, na **Lei Complementar nº 123/2006**, e demais normas pertinentes à matéria.

A licitação tem como objeto a contratação de empresa capacitada para operar **serviço contínuo**, 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, com fornecimento de mão de obra, veículos, equipamentos de proteção, medicamentos, local para guarda dos animais, assistência veterinária e demais insumos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, conforme definido no Termo de Referência (Anexo II) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), ambos integrando o edital.

O procedimento será conduzido na **modalidade pregão eletrônico**, sob o critério de **julgamento de menor valor por item**, com **disputa em modo aberto**, por meio da **plataforma BLL** (<https://bll.org.br/>), estando a sessão pública designada para o dia **17 de abril de 2025, às 14h**.

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária**, área demandante da contratação, justificou a necessidade da contratação com base no aumento do número de ocorrências envolvendo animais soltos em vias públicas e na constatação de que o Município **não dispõe de estrutura física, pessoal técnico nem equipamentos** para executar diretamente os serviços pretendidos, cuja natureza exige especialização e disponibilidade permanente.

Diante da conclusão da fase preparatória do certame, e conforme preconizado pelo **art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, o processo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para emissão de **análise jurídica prévia de legalidade**, como condição indispensável à autorização da publicação do edital. A norma exige, com clareza, que:

*“Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.”*

Nos termos do §1º do referido dispositivo legal, a manifestação da assessoria jurídica deve ser:

- Fundamentada em **critérios objetivos de atribuição de prioridade**;
- Redigida com **linguagem clara, objetiva e compreensível**, ainda que tecnicamente precisa;
- Abrangente quanto à **análise de todos os elementos indispensáveis à contratação**, com **exposição dos pressupostos de fato e de direito considerados na análise**.

Ademais, nos termos do §4º do mesmo artigo, cabe ao órgão jurídico proceder ao controle prévio de legalidade **não apenas em licitações, mas também em contratações diretas, termos aditivos, convênios e demais ajustes administrativos**.

Dessa forma, elabora-se o presente parecer com o propósito de verificar a **adequação jurídica da contratação pretendida, a regularidade do instrumento convocatório e a legalidade das cláusulas contratuais propostas**, com especial atenção à **conformidade entre a fase preparatória (Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços) e o conteúdo do edital**, bem como à aderência das exigências de habilitação e critérios de julgamento às normas legais que regem a matéria.

## II - PRELIMINAR DE OPINIÃO:

Conforme dispõe o artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, a emissão de parecer jurídico em processos licitatórios é um dever da assessoria jurídica, visando assegurar a conformidade legal dos atos administrativos. Ressalta-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, sem vincular a decisão final a ser tomada pela autoridade administrativa competente, que detém discricionariedade para seguir ou não as recomendações jurídicas aqui apresentadas, com base nos princípios da conveniência e oportunidade.

Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94), a emissão de parecer jurídico constitui uma função técnica de caráter opinativo, sendo de extrema importância esclarecer que este não possui natureza vinculativa. Sua principal finalidade é fornecer subsídios jurídicos à autoridade responsável, sem limitar o exercício da discricionariedade administrativa, que poderá seguir ou não as orientações emitidas, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa.

Importa salientar que o parecerista não detém competência para decidir sobre questões técnicas, de mérito ou de conveniência, devendo sua atuação se restringir à análise da legalidade dos atos administrativos praticados no processo licitatório. A decisão final cabe exclusivamente à autoridade administrativa, sendo o parecer um instrumento de auxílio, conforme estabelecido pelo artigo 53 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, ressalta-se que o entendimento dos tribunais tem consolidado a natureza opinativa do parecer jurídico, sendo que a responsabilidade pela condução do procedimento licitatório e a tomada de decisão final recai sobre o gestor público, como reconhecido no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF):

Penal e Processual Penal. Advogado Parecerista. Suposto Crime em Procedimento Licitatório. Art. 89, Caput, da Lei 8.666/93. Pleito de Trancamento da Ação Penal. Cabimento. Inexistência de Indicação do Dolo na Conduta do Causídico. Ordem que Deve Ser Concedida.

O parecer jurídico não é ato administrativo, mas sim manifestação opinativa, podendo apenas ser utilizado como elemento de fundamentação de um ato administrativo a ser posteriormente praticado pela autoridade competente. A responsabilidade pelo ato administrativo recai sobre a autoridade que o pratica, não sobre o advogado parecerista.

Precedente: STF – MS 24.631-6 - Relator: Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 – Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.

Por conseguinte, **É IMPERIOSO DESTACAR QUE A EMISSÃO DESTES PARECER, DE NATUREZA MERAMENTE OPINATIVA, NÃO GERA RESPONSABILIDADE JURÍDICA PARA O ASSESSOR JURÍDICO.** A decisão quanto ao seguimento ou não do procedimento licitatório recai exclusivamente sobre a autoridade administrativa competente, conforme os princípios constitucionais e o livre exercício da função administrativa. Assim, o assessor jurídico se exime de qualquer responsabilidade relacionada ao mérito ou à conveniência dos atos a serem praticados pela Administração.

### III – DA ANÁLISE JURÍDICA:

Atendendo ao disposto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, a presente análise jurídica tem por finalidade promover o controle prévio de legalidade do **Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 – Processo Licitatório nº 032/2025**, compreendendo a verificação da conformidade legal de todos os elementos que integram a fase preparatória do certame e das regras previstas no instrumento convocatório.

Nesse sentido, serão examinados os seguintes aspectos essenciais da licitação:

- **A adequação da modalidade adotada, a correção técnica e jurídica do objeto e a justificativa da contratação**, à luz dos documentos preparatórios;
- **As exigências de habilitação previstas no edital**, especialmente quanto à compatibilidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade;
- **Os critérios de julgamento e de exequibilidade das propostas**, inclusive a pertinência do valor estimado da contratação e os parâmetros para eventual negociação;
- **A coerência entre o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a minuta de contrato**, com vistas à conformidade dos elementos técnicos com as cláusulas administrativas;

- **A observância aos direitos dos licitantes, à publicidade, à isonomia e à eficiência administrativa**, no tocante ao rito procedimental, prazos, recursos e sanções.

A análise será desenvolvida de forma segmentada, por subtópicos, com exposição clara dos fundamentos de fato e de direito que embasam cada conclusão.

### **3.1. Modalidade, Objeto e Justificativa da Contratação:**

A Administração Municipal optou por instaurar o presente procedimento licitatório na **modalidade pregão eletrônico**, do tipo **menor valor por item**, para a **contratação de empresa especializada na execução de serviços contínuos de apreensão, transporte e guarda de animais de médio e grande porte soltos em vias públicas**, conforme demanda da **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária**.

Tal objeto caracteriza-se como **serviço comum**, por envolver técnicas padronizadas de execução, passíveis de adequada definição no Termo de Referência e de avaliação objetiva das propostas, atendendo ao disposto no **art. 6º, inciso XXIII**, e no **art. 28, inciso I**, da Lei nº 14.133/2021. A **modalidade pregão** é, portanto, **juridicamente adequada e tecnicamente compatível com a natureza do serviço** licitado, não havendo qualquer óbice legal à sua adoção.

Além da modalidade, o edital preenche os **requisitos mínimos legais estabelecidos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, a saber:

- **Objeto da licitação**: definido de forma precisa e detalhada no preâmbulo do edital, no Termo de Referência (Anexo II) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), com indicação das espécies animais abrangidas, forma de prestação dos serviços, infraestrutura exigida e requisitos veterinários.
- **Regras de convocação**: devidamente fixadas no preâmbulo e nas disposições gerais do edital, com indicação clara da **data, hora e endereço eletrônico da**

**sessão pública**, a ser realizada em 17/04/2025, às 14h, via plataforma **BLL – Bolsa de Licitações do Brasil**.

- **Regras de julgamento:** definidas no **critério de menor valor por item**, com disputa por **modo de disputa aberto**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Estão previstos os critérios de **aceitabilidade dos preços**, exigência de apresentação de amostras (quando aplicável) e possibilidade de negociação direta.
- **Regras de habilitação:** contemplam os cinco grupos obrigatórios de documentos previstos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo detalhados no edital e no Termo de Referência, com atenção à qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.
- **Regras de recursos e sanções:** disciplinadas nos itens 13 e 17 do edital, com previsão expressa da **intenção de recorrer no sistema**, prazos recursais, possibilidade de aplicação de **advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade**, nos termos dos arts. 155 e 156 da Nova Lei de Licitações.
- **Regras de fiscalização e gestão do contrato:** previstas na minuta contratual (Anexo V), que designa o setor responsável pela fiscalização e define obrigações do contratado quanto à manutenção das condições de habilitação, cumprimento do objeto e forma de acompanhamento dos serviços.
- **Regras de entrega do objeto e pagamento:** estabelecidas no Termo de Referência e no contrato padrão, incluindo prazos, forma de execução, periodicidade do serviço (24h/dia) e condições de faturamento.
- **Condições de reajustamento de preços:** consta cláusula específica prevendo o **reajuste anual dos valores**, em conformidade com o **art. 25, §7º e §8º, I** da Lei nº 14.133/2021, já que o contrato não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, adotando-se **reajuste em sentido estrito**, mediante índice setorial compatível.



Ressalte-se ainda que o Município procedeu à **publicação integral do edital e de todos os seus anexos no sítio eletrônico oficial**, conforme obriga o **art. 25, §3º**, assegurando transparência e igualdade de acesso às informações. Também se observa a utilização de **minuta padronizada de contrato**, conforme recomenda o **§1º** do mesmo dispositivo legal.

Por fim, o Estudo Técnico Preliminar menciona que a contratada deverá utilizar local próprio, com infraestrutura adequada à guarda dos animais, o que se **alinha ao §2º do art. 25**, por permitir, sem prejuízo à competitividade, o aproveitamento de meios já disponíveis no território de execução do contrato.

Não se verifica, por outro lado, a presença de elementos que demandem a aplicação do §4º do art. 25 (grande vulto) ou do §5º (licenciamento ambiental ou desapropriação), tampouco a adoção de critérios sociais obrigatórios (como o percentual mínimo de contratação de pessoas em vulnerabilidade), o que não compromete a legalidade do edital, dado o caráter facultativo dessas previsões.

### **2.3. Critério de Julgamento, Exequibilidade e Preço Estimado:**

O edital em análise estabelece que o critério de julgamento será o de **menor valor por item**, nos termos do art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021, critério compatível com a natureza do objeto licitado — serviço comum e padronizado de apreensão, transporte e guarda de animais de médio e grande porte. A adoção desse critério promove objetividade, isonomia e economicidade, valores caros à nova legislação de licitações.

O **modo de disputa adotado é o aberto**, com lances eletrônicos sucessivos e tempo inicial de 10 minutos, prorrogável automaticamente por 2 minutos em caso de novos lances dentro do intervalo final, conforme estabelecido no item 11.6.1 do edital, em consonância com o art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.

A **proposta comercial**, inserida eletronicamente no sistema da BLL, deverá conter todos os elementos do modelo constante no Anexo III, sendo vedada a identificação



do proponente na fase inicial. Os valores não podem ultrapassar o preço máximo estimado de R\$ 69.466,32 para os 12 meses de contrato, com valor mensal de R\$ 5.788,86, calculado a partir de pesquisa de preços fundamentada e apresentada no Termo de Referência (Anexo II).

O item 9 do edital detalha que os valores devem contemplar todos os custos operacionais, inclusive tributos, mão de obra, medicamentos, transporte, alimentação e encargos diversos, exigência que resguarda o equilíbrio econômico-financeiro e impede que licitantes aleguem omissões posteriores para pleitear reequilíbrio.

A **etapa de lances** será seguida de **negociação direta com o licitante classificado em primeiro lugar**, por meio do sistema, conforme previsto no item 11.13, permitindo eventual redução de preços para maximizar a vantagem da contratação, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

No que tange à **verificação da exequibilidade das propostas**, o edital traz previsão minuciosa no item 10.4 e seguintes, permitindo à pregoeira exigir planilha analítica de custos, contratos similares, e outros documentos que evidenciem a viabilidade da proposta. A ausência de comprovação ensejará a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Também estão previstas as hipóteses de desclassificação por preço simbólico ou manifestamente inexecutável, por inobservância ao objeto integral, por descumprimento às especificações ou por identificação indevida do proponente. O edital, ainda, faculta à pregoeira corrigir erros aritméticos e desconsiderar falhas meramente formais que não comprometam a competitividade nem a clareza da proposta, conforme item 10.9, o que está de acordo com os princípios da razoabilidade e do formalismo moderado.

O reajuste dos preços, por sua vez, está previsto no item 8 do edital, com fundamento no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021. Adota-se o reajustamento em sentido estrito, com base em índices oficiais e planilhas de variação de insumos, sendo o primeiro

reajuste possível após 12 meses da data do orçamento estimado. O procedimento será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, I, da referida lei.

#### **Conclusão do item:**

Conclui-se que o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 atende plenamente aos requisitos legais e às boas práticas administrativas no que diz respeito ao critério de julgamento, à verificação da exequibilidade e à definição do preço estimado. A estrutura procedimental está bem delineada, com mecanismos eficazes para prevenir propostas temerárias, resguardar o interesse público e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa. A definição objetiva dos parâmetros de aceitabilidade, o rigor no controle da viabilidade econômica e a previsão de negociação qualificada conferem robustez técnica ao certame e demonstram a maturidade normativa da Administração na condução de contratações públicas em conformidade com a nova lei.

#### **2.4. Coerência entre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Edital:**

A conformidade entre os documentos que integram a fase preparatória do processo licitatório — especialmente o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e o **Termo de Referência (TR)** — com o conteúdo do edital é condição essencial à **legalidade e integridade do certame**, conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, constata-se que o ETP, elaborado pela Chefia de Planejamento da Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária, apresenta uma **justificativa clara e precisa da necessidade da contratação**, destacando que o Município enfrenta **ocorrências recorrentes de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas**, o que representa risco à segurança viária, à saúde coletiva e ao bem-estar animal. Aponta-se, ainda, a **inexistência de estrutura pública municipal mínima**

para execução direta do serviço, o que reforça a **necessidade administrativa** da terceirização.

O ETP delimita tecnicamente o objeto da contratação, esclarecendo as atividades compreendidas no serviço, tais como: **captura, transporte, alojamento, alimentação, atendimento veterinário, guarda e destinação final dos animais**. A descrição é compatível com os conceitos jurídicos de serviços comuns e continuados, sendo posteriormente expandida e detalhada no Termo de Referência.

O **Termo de Referência**, por sua vez, avança na caracterização da **solução pretendida**, definindo os critérios técnicos e operacionais para o desempenho contratual. Dentre os requisitos destacam-se:

- **Plantão ininterrupto (24h por dia, todos os dias da semana)**, inclusive sábados, domingos e feriados;
- Atendimento sob demanda, com tempo máximo de resposta de **1 hora após o acionamento**;
- Prestação do serviço em **toda a área urbana e rural** do Município;
- **Apreensão e transporte em veículo apropriado**, com gaiola para carga viva, em condições seguras e devidamente licenciado;
- **Guarda em local próprio da contratada**, dotado de infraestrutura compatível com as necessidades dos animais;
- **Atendimento veterinário obrigatório**, com emissão de laudos e tratamento adequado;
- **Fornecimento de alimentação, medicamentos, EPI, materiais e demais insumos** por conta da contratada;
- **Procedimento formal de doação dos animais não resgatados**, conforme legislação local (Lei Complementar nº 192/2022).

O edital, por sua vez, incorpora **integralmente as exigências técnicas descritas no TR**, exigindo, na proposta comercial, o fornecimento de todos os elementos

constantes do Anexo III (modelo de planilha de custos) e vinculando o conteúdo da proposta ao Termo de Referência, conforme item 6.2 do edital. Essa vinculação garante **objetividade, isonomia e segurança jurídica** aos licitantes.

Importante notar que tanto o edital quanto seus anexos foram **integralmente publicados no portal eletrônico do Município**, conforme determina o art. 25, §3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo **transparência e acesso irrestrito à documentação técnica**.

Adicionalmente, o **não fracionamento da solução contratual**, ainda que composta por múltiplas etapas (captura, transporte, guarda e destinação), está **devidamente justificado** no Termo de Referência. A Administração fundamenta que a **unificação do objeto em um único contrato é necessária para garantir a continuidade, a rastreabilidade e a integridade do serviço**, além de evitar lacunas entre prestadores distintos. A solução encontra amparo no art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Conclusão do item:**

Verifica-se, portanto, que há **plena coerência técnica, formal e material entre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Edital**, compondo um conjunto documental harmônico, transparente e juridicamente robusto. Essa unidade garante que os licitantes tenham **clareza quanto às obrigações assumidas**, que a Administração possa exercer **fiscalização eficaz do contrato** e que eventuais litígios sejam minimizados pela **precisão prévia das regras do certame**. A estruturação do procedimento respeita, assim, os princípios da **legalidade, motivação, eficiência e planejamento** da nova Lei de Licitações.

#### **2.5. Sanções, Recursos, Fiscalização e Gestão Contratual previstas no edital:**

O edital sob análise contempla de forma sistemática e aprofundada os mecanismos de controle e responsabilização contratual, bem como as garantias ao

exercício do contraditório e à boa condução da relação jurídica, em fiel consonância com os arts. 117 a 122 e 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

### **Recursos administrativos**

O capítulo 13 do edital disciplina o exercício do direito recursal de maneira clara e objetiva. As licitantes devem manifestar **imediatamente e de forma motivada sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, conforme item 13.1.1. Após o registro da intenção, o prazo para apresentação das razões recursais é de **três dias úteis**, sendo garantido igual prazo para as contrarrazões das demais licitantes (itens 13.2 e 13.3).

A autoridade que proferiu o ato poderá **reconsiderar sua decisão** no prazo de cinco dias úteis ou remeter o recurso, com motivação, à autoridade superior, que terá **20 dias úteis para decidir**. Está assegurado o **efeito suspensivo dos recursos** e dos pedidos de reconsideração até decisão final (item 17.12).

Trata-se de previsão em conformidade com os arts. 165 a 167 da Lei nº 14.133/2021, com garantias adequadas à ampla defesa e ao devido processo legal.

### **Sanções administrativas**

O edital prevê em seu item 17 e seguintes um **sistema escalonado e proporcional de penalidades**, nos termos do art. 156 da nova Lei de Licitações. As infrações administrativas estão descritas com objetividade (itens 17.1 e 17.7), abrangendo desde a não apresentação de documentos até a prática de fraudes, e incluem:

- **Advertência** (item 17.5);
- **Multa de 0,5% a 30% do valor do contrato**, com prazo de 10 dias úteis para recolhimento (item 17.6 e 17.9);
- **Impedimento de licitar e contratar** com o Município, por até três anos (item 17.7);
- **Declaração de inidoneidade**, conforme gravidade da infração, com duração de até seis anos, nos termos do art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021 (item 17.8).

É assegurado o **prazo de 15 dias úteis para defesa prévia** em caso de multa, advertência ou impedimento, bem como para o pedido de reconsideração da declaração de inidoneidade (itens 17.10 e 17.11).

O edital estabelece ainda que as penalidades podem ser **aplicadas cumulativamente e não excluem a obrigação de reparação integral dos danos causados** à Administração (item 17.13), consolidando o princípio da responsabilização objetiva e integral do contratado.

### **Fiscalização e gestão contratual**

A gestão contratual será exercida pela **Secretaria requisitante**, por meio da designação formal de **gestor e fiscal de contrato**, conforme item 14.1 do edital. Esta previsão atende ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que exige a atuação de agentes especificamente nomeados para o acompanhamento da execução contratual.

Ao gestor e fiscal incumbirá:

- Acompanhar a execução do objeto;
- Atestar as notas fiscais para liberação dos pagamentos;
- Registrar eventuais não conformidades;
- Aplicar ou sugerir penalidades administrativas, conforme previsto no item 13.11 do edital.

O edital também disciplina de forma completa a **forma de pagamento**, fixando prazo de até 30 dias após o atesto da nota fiscal (item 15.3), condicionando-o à comprovação de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS (item 15.9), em linha com os arts. 137, 147 e 148 da nova lei.

Além disso, a Administração poderá **reter valores** devidos ao contratado para satisfação de multas e ressarcimento de danos, conforme previsto no item 7.3. Essa cláusula é essencial para preservar o interesse público e minimizar os efeitos financeiros de eventuais inadimplementos.

### Conclusão do item

Conclui-se que o edital analisa com clareza, robustez e técnica apurada os dispositivos relacionados à **fiscalização, gestão e responsabilização contratual**, respeitando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. Os mecanismos de controle, as garantias recursais e a matriz sancionatória revelam-se compatíveis com os princípios da segurança jurídica, eficiência, proporcionalidade e devido processo legal, conferindo à Administração pública meios adequados para prevenir, corrigir e punir condutas lesivas ao interesse público, sem comprometer a estabilidade da relação contratual.

### 7. Plataforma Eletrônica de Realização do Certame:

A escolha da plataforma digital para a realização do **Pregão Eletrônico nº 008/2025** é um dos elementos mais críticos do certame, pois impacta diretamente a **transparência, a competitividade e a segurança jurídica** do processo licitatório.

Nos termos do **artigo 174 da Lei nº 14.133/2021**, as licitações devem ser realizadas **preferencialmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Caso a Administração opte pelo uso de plataformas privadas, **é imprescindível que a decisão seja fundamentada em um Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, demonstrando a



**vantajosidade técnica e econômica da escolha** em relação às alternativas públicas disponíveis.

Diante da relevância desse tema, a análise a seguir avaliará os impactos legais, econômicos e operacionais do uso de plataformas privadas, reforçando a necessidade de priorizar **ferramentas públicas gratuitas ou a obtenção de receitas pela concessão do direito de uso de plataformas privadas a terceiros.**

## **2.6. Da Utilização de Plataforma Privada para Realização do Pregão Eletrônico:**

A condução de licitações públicas por meio eletrônico é exigência legal expressa no art. 17, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, constituindo não apenas um imperativo de modernização administrativa, mas também um vetor de ampliação da competitividade, da transparência e do controle social. Entretanto, essa mesma lei estabelece, de modo igualmente claro, que a **escolha da plataforma digital a ser utilizada deve estar justificada de forma técnica, objetiva e transparente**, especialmente quando se tratar de sistema privado.

Nos termos do **art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, é obrigatório que o planejamento da contratação, consubstanciado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), contenha motivação expressa para a seleção da ferramenta eletrônica de processamento do certame. Esse dever de motivação se acentua quando a Administração opta por **sistema privado, em detrimento das soluções públicas disponíveis gratuitamente**, como o **PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas** e o **Compras.gov.br**.

No caso em apreço, o edital estabelece no preâmbulo e no item 1.1 que a sessão pública será conduzida exclusivamente pela **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, plataforma eletrônica de natureza privada. Contudo, após análise integral do processo, **não se identificou a existência de justificativa formal e fundamentada que demonstre a vantajosidade técnica, operacional e econômica da BLL frente às plataformas**

**públicas.** Tampouco se apontou, no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou corpo do edital, qualquer consideração sobre critérios comparativos de segurança, usabilidade, interoperabilidade, integridade dos dados, custo de manutenção ou acessibilidade.

A omissão de tal motivação **contraria diretamente o comando do art. 18 da nova lei de licitações**, vulnerabilizando a legalidade do certame e comprometendo os princípios da **eficiência, da publicidade e da isonomia**, com potenciais efeitos sobre a **validade e a competitividade da licitação**. A jurisprudência do **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG)** tem reiteradamente advertido sobre essa necessidade. No Processo nº 1.101.746, aquela Corte assentou:

*“A escolha por plataformas privadas deve estar fundamentada em critérios técnicos que demonstrem sua superioridade em relação às ferramentas públicas, especialmente no que tange à economicidade e à competitividade. Na ausência de justificativa adequada, a utilização de sistemas privados pode comprometer a legalidade do certame e representar ônus desnecessário à Administração.”*

Além disso, a **utilização de plataformas públicas garante vantagens inegáveis**, como:

- **Gratuidade para a Administração e para os licitantes**, promovendo economicidade e inclusão;
- **Integração automática com o PNCP**, assegurando ampla transparência, rastreabilidade e controle social;
- **Interface padronizada e interoperável**, promovendo acessibilidade e uniformização de procedimentos;
- **Proteção institucional aos dados sensíveis**, com governança orientada por políticas públicas.

Em contraste, o uso de sistemas privados pode acarretar **restrições indiretas à competitividade**, sobretudo quando impõe aos licitantes **necessidade de múltiplos credenciamentos, custos operacionais com acesso à plataforma, exigências de certificação externa, ou dificuldades de interoperabilidade** com os sistemas oficiais. Isso afeta, com especial intensidade, **microempresas e empresas de pequeno porte**, que, por imposição da **Lei Complementar nº 123/2006**, devem ser favorecidas com condições simplificadas e equitativas de acesso às contratações públicas.

Adicionalmente, **não consta do processo qualquer elemento que indique a existência de contrapartida financeira em favor do Município** pela utilização da plataforma privada. Assim, o ente público cede gratuitamente sua base de dados, estrutura de poder de compra e legitimidade institucional a um agente privado, sem obter compensação financeira, monetária ou institucional. Isso **contraria os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público**, e representa possível renúncia de ativo público digital.

Do ponto de vista estratégico, a Administração deveria avaliar a **possibilidade de monetizar o uso da plataforma privada**, por meio da **venda ou cessão onerosa dos direitos de uso a terceiros**, com base em contrato ou convênio que gere receita para o Município ou que, ao menos, permita **cobertura dos custos operacionais do sistema**, conforme vêm sugerindo os órgãos de controle externo. Tal providência tornaria a relação com a plataforma mais simétrica, transparente e vantajosa ao interesse público.

Por fim, o edital tampouco prevê **critérios mínimos de arquivamento e disponibilização pública dos registros do pregão**, o que compromete o **princípio da rastreabilidade dos atos administrativos**, essencial à nova legislação. Conforme recomendação doutrinária e jurisprudencial, a Administração deveria **fixar prazo mínimo de 5 anos para manutenção pública dos registros e garantir a consulta aberta e irrestrita dos dados e documentos do certame**.

### Conclusão do item:

A análise do edital revela que a opção pela **plataforma privada BLL**, embora válida sob o ponto de vista jurídico-formal, não foi **acompanhada da devida fundamentação técnica, econômica e jurídica**, o que compromete sua **validade material e vulnerabiliza a legalidade e integridade do certame**. A ausência de justificativa para não utilização das plataformas públicas, aliada à falta de monetização da estrutura privada utilizada e à omissão sobre regras mínimas de transparência e rastreabilidade, representa **ponto crítico no planejamento da contratação**.

Diante disso, recomenda-se que:

- A Administração **passe a priorizar o uso de plataformas públicas, como o Compras.gov.br, em futuras licitações**, salvo justificativa técnica formal inserida no Estudo Técnico Preliminar;
- O edital **passe a conter justificativa expressa e detalhada sobre a escolha da ferramenta privada**, inclusive com análise de impacto econômico e de competitividade;
- Seja **avaliada a possibilidade de monetizar o uso da plataforma privada**, por meio da cessão de direitos de uso a terceiros ou acordos institucionais com cláusulas de retorno público;
- Seja incluída cláusula obrigacional de que a plataforma **registre e disponibilize publicamente os dados do certame por no mínimo 5 anos**, em repositório público ou no sítio da própria Administração.

Com tais medidas, o Município poderá alinhar sua atuação aos preceitos da **Nova Lei de Licitações**, mitigar riscos de nulidade e fortalecer a integridade, transparência e sustentabilidade jurídica das contratações públicas.

### IV – CONCLUSÃO:

Após a análise jurídica exauriente do **Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 – Processo Licitatório nº 032/2025**, instaurado pelo Município de Ribeirão Vermelho/MG, com vistas à **contratação de empresa especializada para execução dos serviços contínuos de apreensão, transporte e guarda de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas**, conclui-se que o procedimento foi, de modo geral, **estruturado em conformidade com os parâmetros normativos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021**.

O edital encontra-se instruído com os documentos essenciais da fase preparatória, notadamente o **Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a pesquisa de preços e a minuta contratual**, os quais revelam alinhamento entre si e entre as exigências técnicas e jurídicas do certame. As cláusulas editalícias contemplam com clareza os requisitos mínimos do art. 25 da nova lei, oferecendo balizas objetivas para o julgamento das propostas, as regras de habilitação, a forma de pagamento, as sanções, os recursos, a gestão contratual e o reajuste de preços. Igualmente se constata a observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da eficiência e da razoabilidade.

O objeto licitado foi suficientemente caracterizado, e a modalidade do pregão eletrônico – no tipo menor valor por item – mostra-se adequada à natureza padronizada do serviço. O critério de exequibilidade adotado no edital revela maturidade técnica, ao prever mecanismos preventivos e repressivos quanto à apresentação de propostas irrisórias ou desproporcionais, além de admitir, com base legal, diligência específica para comprovação de viabilidade.

Por outro lado, **verificou-se ausência de motivação formal e específica quanto à adoção da plataforma privada BLL para a condução da sessão pública**, em detrimento das soluções públicas disponíveis de forma gratuita, como o **Compras.gov.br** e o **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Tal omissão compromete a integridade do planejamento da contratação, por contrariar o disposto no **art. 18, XXIII, da**

**Lei nº 14.133/2021**, além de afrontar o entendimento consolidado pelo **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, que exige fundamentação técnica, econômica e comparativa sempre que o ente público optar por sistema eletrônico privado.

A utilização de plataforma privada, quando desprovida de justificativa técnica, **pode representar barreira indireta à competitividade e à isonomia**, sobretudo para micro e pequenas empresas, que enfrentam maiores dificuldades de adaptação e de credenciamento em múltiplos sistemas. Também acarreta a renúncia a instrumentos de controle e de transparência pública previstos nas plataformas oficiais, como a **integração direta com o PNCP**, a **gratuidade universal**, a **publicidade irrestrita** e a **rastreabilidade dos atos administrativos**.

Adicionalmente, não se vislumbra, nos autos, qualquer medida voltada à **monetização do uso da ferramenta privada ou à obtenção de contrapartida institucional pela cessão gratuita da infraestrutura pública a ente privado**, o que configura possível renúncia de ativo digital e afronta ao princípio da eficiência administrativa.

Por todo o exposto, esta assessoria jurídica **OPINA PELA REGULARIDADE JURÍDICA DO EDITAL**, ressaltando-se a **NECESSIDADE DE IMEDIATA INCLUSÃO, NO PROCESSO, DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA PLATAFORMA BLL**, com análise comparativa frente às plataformas públicas, bem como a **avaliação da viabilidade jurídica de monetização da ferramenta**, por meio da cessão de direitos de uso a terceiros ou de parceria institucional com retorno financeiro. Recomenda-se, ainda, que a Administração assegure, por cláusula editalícia ou contratual, a **manutenção dos registros do pregão eletrônico por prazo mínimo de cinco anos**, com **acesso irrestrito aos cidadãos, órgãos de controle e demais interessados**, em consonância com os princípios da publicidade, do controle social e da integridade administrativa.

O presente **PARECER TEM NATUREZA OPINATIVA E PREVENTIVA**, nos termos do **art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, e tem como finalidade **subsidiar a autoridade administrativa na formação de juízo de valor quanto à legalidade, eficiência e adequação do certame**. A manifestação aqui apresentada **NÃO POSSUI CARÁTER VINCULANTE**, cabendo à autoridade competente, no exercício de sua discricionariedade administrativa e dentro dos limites legais, **avaliar as conclusões e recomendações aqui consignadas, e decidir pelo prosseguimento, revisão ou eventual suspensão do procedimento licitatório**.

Por fim, submete-se o presente parecer à apreciação superior, com a recomendação de que suas observações sejam consideradas **com o propósito de assegurar decisões juridicamente seguras, técnica e administrativamente fundamentadas, em conformidade com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**.

**É o parecer jurídico.**

**Ribeirão Vermelho – MG, na data da assinatura digital.**

**MARCOS VINÍCIUS NARDELLI ANDRADE**

Advogado - OAB/MG: 159.250

Assessor Parecerista em Licitações